

19/04/2017 - 11h17 - Sinttel-ES - Tania Trento

BrasilCenter vai ao TST para ficar com R\$1,63 de cada teleoperador

Em mais uma atitude digna da “Casa Grande” quando os senhores de escravos alimentavam melhor os porcos do que os homens e mulheres negros/as nas senzalas, a BrasilCenter conseguiu no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, suspender a liminar que garantia o pagamento imediato das vitórias obtidas no julgamento do DISSÍDIO COLETIVO. Tudo isso, pasmem, para não pagar R\$ 1,63 (1 real e 63 centavos) a mais no já defasado salário de seus mais de 1,5 mil teleoperadores que recebem o salário mínimo.

A justiça do trabalho no ES deu um prazo de 10 dias, no final de março, para que a BrasilCenter cumprisse a sentença do Dissídio Coletivo, julgado em 23/11/2016, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES).

Esse ultimato à empresa veio porque o SINTTEL pediu – por meio de um recurso chamado de LIMINAR – ao juiz da 7ª Vara do Trabalho de Vitória, Antônio de Carvalho Pires, que amenizasse os anseios, os prejuízos, a perda de renda, a corrosão dos salários e benefícios desde abril de 2016 e ordenasse o imediato pagamento dos reajustes, abonos e outras garantias. O piso salarial definido pelos desembargadores foi de R\$ 938,63. Isso é R\$ 1,63 a mais do que os empregados recebem atualmente.

A sovínice da empresa falou mais alto e, no TST o ministro Ives Gandra suspendeu a LIMINAR do Sinttel até que o recurso da BrasilCenter seja julgado na Sessão de Dissídio Coletivo do TST. Ou seja, a galera que ganha R\$ 937,00 na BrasilCenter vai ter que esperar, porque um ministro que recebe mais de R\$ 30 mil por mês, tem auxílio moradia, paletó, plano de saúde e outras mil vantagens, decidiu contra os trabalhadores em favor da empresa.

ao TST para ficar com R\$ 1,63 de cada trabalhador!

A avareza da BrasilCenter não é novidade

Mesmo quando era uma empresa do Grupo Embratel já explorava os candidatos aos seus postos de trabalho, não pagando salários no mês do treinamento.

Foi preciso que o Sinttel buscasse a Justiça para que essa mesquinha empresa pagasse salário durante os 30 dias que o candidato ficava à sua disposição. Outra miudeza da BrasilCenter foi em 2007, quando excluiu grande parte dos seus trabalhadores do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), acordado por uma comissão de empregados. De novo, o Sinttel foi a Justiça para que todos os excluídos pudessem receber o benefício. E até hoje tem ex-empregado recebendo o processo.

Dissídio – foi com o aval da categoria que o SINTTEL decidiu ir à dissídio, pedindo que a justiça julgasse as reivindicações dos trabalhadores porque, na negociação do ano passado, a empresa não queria dar nenhum reajuste para os mais baixos salários, somente um cala-boca, um abono de R\$ 280,00. E ainda discriminava os empregados, pois daria reajuste de 9,91% para alguns privilegiados e para outros nada.

E para ficar com de R\$ 1,63 em cada contracheque, a mão-de-vaca BrasilCenter, empresa do também mesquinho Grupo Claro, preferiu pagar advogados e a própria justiça – já que para recorrer ao TST precisa fazer um gordo depósito judiciário.

Reunião do Acordo Coletivo 2017/2018 será dia 26 de abril

No próximo dia 26, a empresa e o Sinttel se reúnem, mais uma vez, para discutir as reivindicações dos trabalhadores para o Acordo Coletivo de Trabalho de 2017/2018. A empresa deve vir chantageando, como é de sua prática costumeira, pressionar o Sindicato a levar para a categoria uma proposta medíocre. O que não acontecerá fiquem avisados.

Greve Geral dia 28/04

O Sinttel-ES conclama os mais de 2 mil trabalhadores da BrasilCenter a ir à greve geral convocada pelas Centrais Sindicais, a Frente Brasil Popular e O povo Sem Medo. É hora de mostrar que os trabalhadores da BrasilCenter merecem respeito. Um dia descontado do salário, uma advertência não fará falta para os trabalhadores que lutam para ter uma aposentadoria, que lutam para manter direitos trabalhistas como férias, 13º salário, jornada de 36 horas semanais que o Congresso e o presidente golpistas querem retirar, com o apoio de empresas como a BrasilCenter. Vamos à luta.



Ante o exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo do recurso ordinário, até o julgamento do recurso ordinário pela SDC do Tribunal Superior do Trabalho.

Oficie-se, com urgência, à Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, com cópia desta decisão.

Intime-se o Requerido mediante correspondência com aviso de recebimento.

Apense-se, oportunamente, aos autos principais do recurso ordinário.

Publique-se.

Brasília, 07 de abril de 2017.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

A pão-dura BrasilCenter não pediu a suspensão, queria a extinção do processo de dissídio, alegando que o Sinttel não respeitou a norma do “COMUM ACORDO”. Ou seja: que levar o impasse da negociação coletiva de 2016/2017 para a justiça do trabalho decidir deveria ser de comum acordo com a empresa. É pra rir? Onde, quando a BrasilCenter concordaria com isso??? Se fosse assim, não teria recorrido

18/04/2014 - Telesíntese

Call Center da anatel registra queda de 16,1% (no ano) nas reclamações

A maior queda foi verificada no serviço de telefonia fixa, em todas as concessionárias. Na telefonia móvel, à exceção da TIM, todas as prestadoras também registraram queda nas reclamações. Na banda larga, o patinho feio foi a NET Serviços (+ 5% de reclamações) e na TV por assinatura, a Vivo (+ 10,2%).

No mês de março de 2017 foram registradas 323,4 mil reclamações na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), queda de 16,1% na comparação com março de 2016. Todos os principais serviços de telecomunicações apresentaram redução: a telefonia móvel, com 153,1 mil reclamações (-8,0%), a telefonia fixa, com 74,2 mil (-27,5%), a banda larga fixa, com 49,0 mil (-20,0%), e a TV por Assinatura, com 45,4 mil (-16,2%).

À exceção da TIM, que com 48,7 mil de reclamações em março de 2017 apresentou aumento de 13,8% nos últimos 12 meses, todas as outras prestadoras na telefonia móvel registraram queda: Nextel, com 10,1 mil (-22,2%), Oi, com 20,9 mil (-17,2%), Claro, com 34,3 mil (-14,8%), e Vivo, com 38,7 mil (-13,6%).

Na telefonia fixa, todos os grupos acompanhados pela Agência apresentaram redução em março de 2017 em comparação ao mesmo mês de 2016: Oi, com 40,7 mil reclamações (-35,9%), Vivo, com 22,4 mil (-16,8%) e NET/Claro, com 9,4 mil (-12,1%).

Na TV por Assinatura, a Vivo com 3,1 mil de reclamações apresentou aumento de 10,2% nos últimos 12 meses enquanto todas as outras registraram redução: Sky, com 17,3 mil de reclamações (-22,6%), Net/Claro, com 19,7 mil (-12,0%), e Oi, com 4,8 mil (-18,8%).

Destaque-se que as emissoras SBT, Record e Rede TV! decidiram



descontinuar a transmissão de seus sinais digitais para as prestadoras de TV por Assinatura. Esse fato gerou, entre os dias 29 e 31 de março de 2017, o registro de aproximadamente mil reclamações junto à Anatel.

Na banda larga fixa, unicamente a Net apresentou elevação nas reclamações nos últimos 12 meses, com 7,4 mil (+5,0%). Oi registrou 22,3 mil reclamações (-35,5%) e Vivo 14,6 mil (-5,7%).

Nos estados

No primeiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, o Brasil registrou uma redução de 15,2% nas reclamações dos serviços de telecomunicações. De janeiro a março de 2017 foram registradas 933,1 mil queixas contra 1.100,3 mil do primeiro trimestre de 2016.

Todos os estados brasileiros e o Distrito Federal apresentaram redução nas reclamações nos primeiros três meses deste ano em comparação com o mesmo período do ano passado. As quedas percentuais foram lideradas pelo Amapá (-34,1%), Amazonas (-32,3%) e Rio Grande do Sul (-32,0%). São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados que apresentam os maiores volumes de reclamações, registraram menos 9,6%, menos 24,8% e menos 11,2%, respectivamente. (Assessoria de Imprensa)

18/04/2017 - Telesíntese

IBM tem queda de receita pelo 20º trimestre consecutivo

Sistemas legados continuam a encolher, enquanto vendas de serviços de nuvem e cognição ganham espaço no resultado da companhia



A IBM divulgou hoje, 18, o resultado financeiro do primeiro trimestre de 2017. A empresa norte-americana registrou receita de US\$ 18,2 bilhões, 3% menor que um ano antes. É o vigésimo trimestre consecutivo de perda de receita por parte da Big Blue. O lucro líquido

caiu 13%, para US\$ 1,5 bilhão.

O resultado da gigante mostra que os ganhos com venda de equipamentos para infraestrutura e sistemas legados vêm caindo (-17%), mas crescem aqueles com serviços em nuvem e inteligência artificial. A

companhia registrou receita de US\$ 3,5 bilhões com serviços em nuvem, um crescimento de 33% em um ano. A receita com "imperativos estratégicos", que são os serviços inovadores, cresceu 12%, para US\$ 7,8 bilhões.

Com isso, o balanço da companhia se aproxima do momento da virada, em que novos serviços vão superar sua receita tradicional, vinda da venda de equipamentos. "No primeiro trimestre tanto nossa plataforma em nuvem como nossos serviços cognitivos cresceram com força", diz Ginni Rometty, presidente da IBM. Em serviços cognitivos, a empresa destaca aumento nas vendas de serviços do Watson, seu sistema de inteligência artificial e análise de dados.



18/04/2017 - Telesíntese

Segurança, ponto crítico no crescimento de IOT

Para os especialistas, vai ser preciso proteger toda a operação e o ecossistema com parceiros. Isso porque a maioria dos dispositivos é vulnerável a ataques, especialmente os domésticos.

Não parece haver dúvidas sobre as perspectivas de crescimento do mercado de Internet das Coisas (IoT). Segundo levantamento da Research Nester, a expansão no período de 2016-2023 será de 13,2% anuais, atingindo o patamar de US\$ 724 bilhões. Mas à medida que essa plataforma ganha escala, também aumentam os alertas de segurança sobre o que pode representar vulnerabilidade em bilhões de dispositivos conectados em todo o mundo. Segundo o Gartner, serão 20,8 bilhões em três anos. E estudos mostram que a evolução do segmento de proteção dos dados nessa plataforma não está acompanhando o ritmo explosivo de IoT.

“Grande parte da evolução de IoT está relacionada à questão de segurança e os últimos ataques que vimos acontecer com o auxílio desses dispositivos mostraram que esse é um ponto crítico”, observa Mario Rachid, diretor executivo de soluções digitais da Embratel. “Essa é uma questão mais importante inclusive que a própria segurança na web”, completa Thiago Barros, consultor da área de sistemas embarcados e IoT do CESAR.

Em setembro do ano passado, tivemos, por exemplo, o primeiro registro do Mirai — um tipo de malware que localiza automaticamente os dispositivos vulneráveis e os infecta formando um botnet pelo qual é possível tentar uma sobrecarga em um servidor ou computador

para que os recursos do sistemas fiquem indisponíveis. Ele mobilizou 15 mil dispositivos IoT dos quais quase a metade era câmeras de vigilância conectadas à web. Em outubro de 2016, o Mirai foi responsável por um ataque de DDoS que entrou para a história da internet tendo como alvo a Dyn, maior provedora de infraestrutura de internet nos Estados Unidos.

Vulnerabilidade dos dispositivos

A SonicWALL, por meio de sua rede GRID que trabalha com 1 milhão de sensores distribuídos globalmente, vem monitorando os ataques. E uma de suas conclusões é de que os ataques mostram vulnerabilidade em todas as categorias de dispositivos. Os Estados Unidos foram os mais afetados, com 70% de dispositivos vulneráveis aos ataques e o Brasil ficou em segundo lugar, com 14%.

Há vertentes sobre a forma mais efetiva de garantir a segurança em IoT, sem comprometer o custo da plataforma e assegurar sua expansão. Na avaliação de Rachid, as soluções de segurança não podem colocar uma mão mais pesada nos sensores a fim de não comprometer o valor desses equipamentos.

Por esse motivo, defende que a parte mais pesada de IoT deverá ficar no gateway. Na sua avaliação, a Internet das Coisas aumenta a complexidade uma vez que é preciso garantir mais controle não apenas em suas operações, mas estar atento ao ecossistema de parceiros.

“À medida que mais dados são compartilhados os possíveis pontos de falha crescem e vão exigir soluções mais seguras na própria base”, afirma.

Já Barros acredita que o grande desafio que é IoT vai exigir é que as soluções de segurança sejam garantidas em todo o trajeto, incluindo os devices. “Há dispositivos que não estão na rede IP, mas os demais precisarão ter alguma inteligência que os proteja”, ressalta. Segundo o executivo, é preciso garantir plataformas que trabalhem de forma criptografada e troquem chaves de acesso com o gateway. “As alternativas estão sendo buscadas e hoje se fala muito em blockchain”, observa.

A Embratel se prepara para lançar, no segundo semestre, uma solução de segurança de IoT, atendendo principalmente à demanda de seus clientes nesse mercado. A operadora tem ampliado sua experiência em IoT a partir de vários pilotos realizados desde o ano passado. E, recentemente, fechou contrato com a Onstar, da GM, para dar suporte aos carros conectados da montadora em toda a América Latina.

De acordo com pesquisa da Insight Partners, o mercado de segurança de IoT global vai movimentar cerca de US\$ 30,9 bilhões em 2025. Segundo a empresa, segurança tem um papel mais crítico na implementação de IoT e na conquista da confiança dos consumidores.

18/04/2017 - Convergência Digital

Análise de dados evita R\$ 374 milhões em fraudes no seguro-desemprego

O cruzamento de dados do Ministério do Trabalho, Caixa Econômica Federal e Receita Federal já bloqueou 21,3 mil pedidos de seguro-desemprego desde que entrou em funcionamento, em dezembro de 2016. Segundo a pasta, até aqui esse bloqueio a partir de análise de dados significou uma economia de R\$ 374 milhões no que, indica seriam tentativas de fraudes para receber o benefício.

“Foi feito um mapeamento das ações e começamos a verificar a incidência de determinados padrões. Esse sistema antifraude foi então desenvolvido a partir de trilhas de auditoria onde são estabelecidos parâmetros, que são aqueles padrões detectados em situações anteriores

de fraudes”, explica, em entrevista ao portal Convergência Digital, o coordenador geral do seguro-desemprego e abono salarial, Jonas Santana Filho,

“Começamos a operar o sistema em dezembro, com dados a partir de agosto, e até a data de hoje foram quase 22 mil bloqueios. Esse sistema antifraude faz o cruzamento das bases existentes e dos pedidos que chegam. Faz um primeiro filtro, depois faz uma segunda análise para tirar os falsos positivos, e depois passa por uma análise humana. A taxa de sucesso é acima de 99%”, diz o coordenador.

As fraudes são comunicadas à Polícia Federal. Quem tiver o seguro-desemprego bloqueado

é comunicado e deve procurar o Ministério do Trabalho. Mas segundo o coordenador-geral do seguro-desemprego, “não chegam até aqui a 100 reclamações, sendo que parte disso também suspeitamos que são ainda fraudadores tentando descobrir informações sobre o sistema”.

O Ministério investiu R\$ 72 milhões no desenvolvimento desse cruzamento de dados e avisa que por enquanto os números dizem respeito ao uso de apenas uma trilha de auditoria – mas que outras 30 serão adicionadas até meados deste 2017. Daí a estimativa de que a economia com benefícios que não serão concedidos chegará a R\$ 1,25 bilhão até o fim deste ano.

18/04/2017 - Escrito por: Altamiro Borges | Fonte: Portal Vermelho

Altamiro Borges: Temer quer quebrar sindicalismo

Duas manchetes garrafais publicadas dia 11 confirmam que o covil de Michel Temer já fixou sua estratégia para golpear os trabalhadores. O Estadão estampou: 'Reforma trabalhista mudará cem pontos da CLT'; já a Folha realçou: 'Relator de reforma prevê fim de imposto sindical no país'.

Duas manchetes garrafais publicadas dia 11 confirmam que o covil de Michel Temer já fixou sua estratégia para golpear os trabalhadores. O Estadão estampou: "Reforma trabalhista mudará cem pontos da CLT"; já a Folha realçou: "Relator de reforma prevê fim de imposto sindical no país".

Ou seja: as forças golpistas, que foram financiadas pelo patronato, estão decididas a retirar os direitos fixados na Consolidação das Leis do Trabalho e, para isso, não vacilarão em quebrar a espinha dorsal do sindicalismo, asfixiando financeiramente as entidades.

Esta estratégia confirma uma velha tese do intelectual britânico Perry Anderson, de que o neoliberalismo não combina com a democracia.

A exemplo do projeto de terceirização, que foi aprovado a toque de caixa pelo jagunço Rodrigo Maia – presidente da Câmara Federal – e da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de desmonte da Previdência Social, a contrarreforma trabalhista apresentada pela base governista é das mais cruéis para os que vivem de salário. Ela fixa que o negociado prevalecerá sobre o legislado. Ou seja: todos os direitos fixados em lei poderão ser anulados através da "livre negociação" – a livre negociação, em tempos de desemprego e retrocessos, entre a força e o enforcado! Isto permitirá que "cem pontos da CLT", como descreve o jornal Estadão, simplesmente sejam anulados. Jornada de trabalho, férias e adicionais, entre outros direitos, poderão ser extintos ou rebaixados nas "mesas de negociação".

Esta ofensiva do capital contra o trabalho tem gerado crescente resistência das forças populares – como se observou nas manifestações do Dia Internacional da Mulher e nos protestos massivos de 15 e 31 de março. Uma greve geral, convocada por todas as Centrais Sindicais, já está agendada para 28 de abril. Prevendo que a reação vai crescer ainda mais – atraindo inclusive os que apoiaram o golpe dos corruptos, os arrependidos "coxinhas" –, o covil golpista então parte para o ataque contra o sindicalismo. Ele chantageia com o fim do imposto sindical, que garante a sobrevivência de milhares de entidades: ou elas entregam os direitos trabalhistas ou serão asfixiadas financeiramente. Somente os líderes sindicais mais ingênuos ou corrompidos podem cair nesta conversa mole. Para fazer vingar seu plano regressivo, a gangue de Michel Temer fará de tudo para desgastar a imagem dos Sindicatos nas suas bases e para quebrar a sua espinha dorsal. Não há outra alternativa para as forças golpistas!

Na prática, a ofensiva para enfraquecer o sindicalismo já está em curso, com tiros sendo desferidos de todos os lados. Em março, o Supremo Tribunal Federal considerou ilegal a cobrança da chamada



contribuição assistencial, que é aprovada nas assembleias de trabalhadores. Na sequência, o mesmo STF impôs rígidos limites às greves de várias categorias de servidores públicos. Já no início de abril, o ministro do Trabalho do covil golpista, o sinistro Ronaldo Nogueira, "suspendeu a instrução do mês de fevereiro que permitia a cobrança sindical de empregados e servidores públicos, o famoso imposto sindical... Os Sindicatos esperavam arrecadar mais de R\$ 160 milhões com a instrução, que foi suspensa na quarta-feira (5 de abril)" – relatou com euforia a revista Época, da família Marinho.

O próprio projeto de terceirização, imposto pelo jagunço patronal Rodrigo Maia, representa um duro golpe no sindicalismo. Os trabalhadores terceirizados ganham menos, têm menos direitos e esbarram em maiores dificuldades para se organizar sindicalmente. Como apontou uma matéria da insuspeita Folha, publicada em 22 de março passado, "a terceirização abre espaço para o fim de 'monopólio' dos sindicatos" – em outras palavras, para a fragmentação das entidades de classe. Ainda de acordo com a reportagem, com a terceirização "os trabalhadores de diferentes empresas prestarão serviços em um mesmo ambiente. Será comum que um espaço tenha pessoas que são representadas por várias organizações sindicais. 'A consequência é a pulverização, em uma mesma empresa, de sindicatos', diz Caroline Marchi, sócia do Machado Meyer. Com isso, poderá haver preferência de profissionais por um representante". Ou seja: será o fim da unicidade sindical, um sonho antigo dos patrões!



18/04/2017 - RBA

Sob protesto, Câmara rejeita urgência para projeto de reforma trabalhista

Substitutivo ao PL 6.787, atacado pela oposição, deve ser votado em comissão especial e no plenário da Câmara. Oposição comemora gritando "Fora, Temer"

A Câmara reprovou na tarde de hoje (17) urgência para votação do substitutivo ao Projeto de Lei (PL) 6.787, de reforma da legislação trabalhista, contrariando a vontade do governo. A sessão teve protestos e discussão. Foram 230 votos pela urgência, número insuficiente para a aprovação (257), e 163 contrários. Logo após o resultado aparecer no painel, deputados da oposição comemoram gritando "Fora, Temer".

Na mesa e no plenário, deputados da oposição portavam cartazes com dizeres como "Urgência é golpe". Antes da votação, atendendo a um apelo da líder do PCdoB, Alice Portugal (BA), o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), chegou a dar prazo até as 17h de amanhã para que integrantes da comissão especial apresentassem emendas. A previsão do governo era de votação do substitutivo na comissão na próxima terça (25) e no plenário no dia seguinte.

Para o deputado Wadih Damous (PT-RJ), o texto tem "excessências" que acabam com o Direito do Trabalho. Segundo ele, o substitutivo é "20 vezes pior" que o original. O parlamentar afirmou ainda que o Congresso não tem "legitimidade" para votar a matéria.

"O presidente Temer tenta desviar o foco do escândalo da Odebrecht para uma pauta supostamente positiva", reagiu Alessandro Molon (Rede-RJ). "Quer fingir que está tudo bem. E os trabalhadores vão perder direitos."

"Temos um marco de 1943 e agora vemos a oportunidade de colocar a lei no espírito do seu tempo", disse o relator do PL 6.787, Rogério Marinho (PSDB-RN), cujo substitutivo mexe com 117 dos 922 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os aliados do governo insistiram na tese de que a legislação trabalhista é empecilho para o crescimento e para a criação de empregos no país. Representantes da oposição lembram que o Brasil teve expansão do emprego, inclusive formal, durante o governo Lula e parte da gestão Dilma.

Partidos como PT, PCdoB, PDT, Rede, Psol e Solidariedade (este inte-

grante a base aliada) orientaram voto contra a urgência; os principais partidos governistas – PMDB, PSDB, DEM, PSD, PR, PTB, PSC, PPS, PV, PP, PRB, PEN – assinaram o pedido de urgência; o PSB assinou o pedido mas liberou a bancada. O deputado Bebeto (BA), dirigente da Força Sindical, por exemplo, disse que o tema divide o partido, mas se manifestou contra a urgência, afirmando que o relator rompia uma negociação. A líder do PSB, Tereza Cristina, votou a favor do requerimento.

O regime de urgência permite a um projeto de lei "pular" etapas de sua tramitação. Um pedido de urgência, segundo o regimento da Câmara, é um recurso encaminhado quando o assunto diz respeito a matéria que envolva "defesa da sociedade democrática e das liberdades fundamentais; providência para atender a calamidade pública; Declaração de Guerra, Estado de Defesa, Estado de Sítio ou Intervenção Federal nos estados; acordos internacionais e fixação dos efetivos das Forças Armadas, entre outros casos". Mas também poderão tramitar com urgência projetos que tiverem requerimentos aprovados neste sentido. São necessários 257 votos para aprovar a urgência.

No caso do PL 6.787, havia um acordo para que o relatório da comissão especial não fosse votado antes de 25 de abril. Até lá, poderiam ser apresentadas propostas de alterações (emendas) por integrantes da comissão antes do desfecho do relatório pelo deputado Rogério Marinho. Caso a urgência fosse aprovada, o PL poderia ser colocado na ordem do dia da sessão deliberativa seguinte. E o presidente da Câmara poderia convocar uma nova ordem do dia ainda nesta terça para acelerar a votação, embora tivesse acordado estender até a quarta-feira o prazo para o recebimento de emendas dentro da comissão.

Confira quem, entre os líderes, assinou o requerimento de urgência, derrubado na votação: <http://migre.me/wsQM0>

18 de abril de 2017 - Vermelho

FMI: recessão de Temer faz Brasil crescer menos que média da região

O Brasil crescerá menos do que a média dos países da América do Sul em 2017 e em 2018, com desempenho apenas melhor do que a Venezuela e o Equador, países que vêm sofrendo fortemente com a queda nos preços do petróleo.

O cálculo é do Fundo Monetário Internacional (FMI), que manteve a projeção de expansão de apenas 0,2 por cento para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro neste ano, depois de dois anos seguidos de recessão, e melhorou a expectativa de 2018 para 1,7 por cento, ante 1,5 por cento previstos em janeiro.

No período, a América do Sul deve crescer 0,6 e 1,8 por cento, respectivamente, mostrou o FMI nesta terça-feira ao divulgar seu relatório "Perspectiva Econômica Global". Na região, o Brasil só ganha da

Venezuela e do Equador, que deverão ver suas economias encolhendo 7,4 e 1,6 por cento neste ano, respectivamente. O melhor desempenho deve vir da Bolívia, com crescimento de 4 por cento em 2017.

Quando se olha para a América Latina toda, o crescimento médio calculado pelo FMI deve ser de 1,1 e 2 por cento em 2017 e 2018, com destaque para o México, cujo PIB deve ter expansão de 1,7 e 2 por cento, respectivamente.

"No Brasil, o ritmo de contração diminuiu, mas o investimento e a produção ainda estavam começando a sair do fundo do poço no fim de 2016", informou o FMI no relatório.

O crescimento do Brasil em 2017 também será inferior ao das economias emergentes, cuja alta esperada é de 4,5 por cento.



18/04/2017 - Carta Capital

Reforma da Previdência: entenda principais pontos do novo texto

Além da idade mínima para mulheres, substitutivo volta a vincular pensões e BPC ao mínimo. Cálculo do valor do benefício também muda

O relator da Reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-BA), apresentou a Temer e aliados, na manhã da terça-feira 18, um substitutivo para o texto da Reforma da Previdência. A principal mudança em relação ao texto original é a redução de 65 para 62 anos da idade mínima para a aposentadoria das mulheres.

Há mudanças também no cálculo do valor dos benefícios e na idade mínima de professores e policiais. Além disso, pensões e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) serão vinculados ao salário mínimo. O texto final do relator só será apresentado formalmente na quarta-feira 19, o que abre margem para novas alterações.

Novo cálculo

Para terem direito ao benefício integral da Previdência, homens e mulheres precisarão contribuir por 40 anos para ter acesso, e não mais 49 anos. O tempo mínimo de contribuição para solicitar a aposentadoria foi mantido em 25 anos para ambos. A idade mínima da regra geral valerá após um período de transição.

O cálculo do valor do benefício de acordo com o tempo de contribuição também mudou em relação ao texto original do governo. Nele, esse valor era calculado considerando 51% da média das contribuições acrescido de 1% por ano de tempo de contribuição, até chegar aos 100%. Agora, será 70% da média acrescido de 1,5% para cada ano que superar 25 anos de tempo de contribuição; mais 2%, para o que superar 30 anos; e 2,5% para o que superar 35 anos, até os 100% aos 40 anos.

Regras de transição para o novo regime

Maia e o governo decidiram abandonar a idade de corte. No projeto original, mulheres com 45 anos ou mais e homens com 50 anos ou mais precisariam trabalhar 50% a mais sobre o que falta para se aposentar. No substitutivo, o pedágio será reduzido para 30% do que faltará para a mulher cumprir 30 anos de contribuição, ou 35 anos de contribuição se for homem.

O limite de idade para aplicar as regras de transição é de 53 anos para a mulher e 55 para os homens. Por exemplo: uma mulher com 52 anos, antes excluída da regra de transição, terá de contribuir 30% a mais tempo. A partir de 2020, haverá um aumento de 11 meses a cada dois anos para a mulher e de 1 ano a cada dois anos para o homem.

Pensões e BPC

Outra importante mudança do texto de Arthur Maia é a vinculação de pensões de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) ao salário mínimo, já que o texto original previa a desvinculação.

Para as pensões, a cota familiar permanece em 50%, acrescida de 10% para cada dependente, mas agora prevê-se a possibilidade de acumulação de aposentadoria e pensão de até dois salários mínimos, e para os demais casos de acúmulo, haverá a opção pelo benefício de maior valor. Para quem já recebe a pensão e cujo segurado faleceu, a acumulação de pensão e aposentadoria será mantida.

Para o BPC, a idade mínima de acesso ao benefício será de 68 anos, e não mais 70 como previa o texto do governo. Essa idade, porém, sobe de 65 para 68 anos a partir de 2020, em um ano a cada dois anos.

19/04/2017 - Carta Capital

Na era Temer, todo o poder aos ruralistas

O agronegócio procura interferir na demarcação de terras e esvaziar cada vez mais a Funai

Em janeiro, quando Alexandre de Moraes ainda estava à frente do Ministério da Justiça, a pasta publicou uma portaria a determinar a criação de um grupo chamado a analisar todos os processos administrativos da Fundação Nacional do Índio, a Funai. Oficialmente, o principal objetivo era "fornecer subsídios para a decisão do ministro sobre demarcações de terras indígenas".

Na prática, a ação abria espaço para que um colegiado pudesse rever todas as decisões tomadas pela Fundação, incluindo demarcações de novos territórios para povos tradicionais. A medida significava colocar um novo agente administrativo no caminho entre o órgão e o Ministério da Justiça, que tem de referendar as demarcações antes de passar à Casa Civil.

A portaria foi duramente criticada pelo Ministério Público Federal, técnicos da Funai e instituições indigenistas. Um dos argumentos do MPF é de que a portaria era ilegal, feria a Constituição e a jurisprudência tratada pelo Supremo Tribunal Federal, que entende a demarcação de terra indígena como competência da Funai. Em pouco mais de 24 horas após a publicação, Alexandre de Moraes teve de recuar e revogou o primeiro texto.

Em substituição, o ex-ministro da Justiça publicou outra portaria que

trata apenas da criação do mesmo grupo, o chamado Grupo Técnico Especializado (GTE). O texto mais recente não dá ao GTE a possibilidade de "verificar provas" e nem o "uso histórico das terras", por parte das comunidades beneficiadas pela Funai.

Antes de a medida ser anulada, o presidente Michel Temer pronunciou-se sobre o caso e, claro, elogiou a medida. "Não mudei a demarcação, o que houve foi um estudo sobre a classificação das terras indígenas. É uma questão que está sendo muito bem estudada." Ele negou o enfraquecimento do órgão. "Pelo contrário, a Funai fica prestigiada cada vez mais."

A repercussão em torno da portaria evidencia algo já bastante conhecido por antropólogos e grupos que militam pela causa indígena no Brasil: a ofensiva ruralista sobre a demarcação de terras no País. Há algum tempo considerável que os representantes do agronegócio tentam interferir nesse processo para manter privilégios de poderosos na agricultura, pecuária e no extrativismo. O governo Dilma Rousseff também sofreu com os representantes desse grupo e cedeu: a petista ficou marcada como a presidente que menos demarcou terras indígenas desde o fim da ditadura.

Leia mais em: <http://migre.me/wsR2X>

Jornal Nacional deu 4 horas sobre lista de Fachin; Lula recebeu 33 minutos

Ao todo, foram 4h24min51s sobre a delação. Lula e Dilma estão no topo do ranking do JN

O Jornal Nacional, principal telejornal do país, exibiu 4 horas, 24 minutos e 51 segundos de reportagens sobre a lista de Fachin desde que o STF (Supremo Tribunal Federal) tornou pública a delação da Odebrecht, na última 3ª feira (11.abr.2017).

Levantamento do Poder360 atualizado até a edição desta 2ª feira (17.abr.2017) mostra que o ex-presidente Lula (PT) é o político mais mencionado: foram 33min32seg.

Em seguida está a ex-presidente Dilma Rousseff, também do PT, com 18min07s. Em 3º lugar está o presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), com 16min27seg.

Nomes ligados ao PT, ao PMDB e ao PSDB somaram o maior período de exposição negativa. Nos bastidores, políticos investigados ou não avaliam que a temperatura só abaixará em Brasília quando a “pancadaria” no JN diminuir.

Centenas de nomes foram mencionados no telejornal da TV Globo, mas 46 políticos tiveram reportagens dedicadas aos seus casos. Conheça o levantamento completo, com o tempo dedicado a cada 1 deles.

O presidente Michel Temer foi citado pelos delatores, mas não é alvo de investigação. O caso dele foi abordado em reportagem de 5min28seg, que foi ao ar na 5ª feira (13.abr.2017). “Michel Temer” é

mencionado pelo nome 5 vezes.

A notícia trata de reunião em 2010 na qual teria sido acertada propina de US\$ 40 milhões ao PMDB. O JN reproduziu o vídeo em que o peemedebista se defende.

QUANTO CADA PARTIDO “APANHOU”

Além de ser o partido com mais integrantes citados na lista de Fachin, o PT foi também o que mais teve nomes de filiados expostos de forma negativa no JN: 1 hora, 24 minutos e 45 segundos.

Se forem desconsiderados os mais de 30 minutos dedicados a Lula, entretanto, a conta fica mais equilibrada entre os 3 principais partidos políticos brasileiros.

Figuras do PT somariam então 51min13seg, seguido dos filiados do PSDB (35min28seg) e do PMDB (35min17seg).

METODOLOGIA

O levantamento do Poder360 leva em conta a divisão feita pelo próprio JN, nas edições publicadas no aplicativo GloboPlay. Citações isoladas aos nomes dos políticos não foram consideradas.

O ápice da cobertura do Jornal Nacional sobre o caso ocorreu na 5ª feira (13.abr.2017), quando a edição de 1h33seg foi totalmente dedicada à delação da Odebrecht. Na 2ª feira (17.abr.2017) foram 21min03seg.

O quadro ao lado mostra a exposição dos principais políticos:

| JN: reportagens sobre políticos citados na lista de Fachin (de 3ª feira a 2ª feira) | | | |
|---|---------------------|-----------|---------------------|
| político | cargo | partido | tempo |
| Luiz Inácio Lula da Silva | ex-presidente | PT | 33min32seg |
| Dilma Rousseff | ex-presidente | PT | 18min07seg |
| Aécio Neves | senador (MG) | PSDB | 16min27seg |
| José Serra | senador (SP) | PSDB | 9min03seg |
| Jaques Wagner | ex-ministro | PT | 7min57seg |
| Aldemir Bendine | ex-presidente do BB | PT | 7min07seg |
| Michel Temer e PMDB | presidente | PMDB | 5min28seg |
| Geraldo Alckmin | governador (SP) | PSDB | 4min43seg |
| José Sarney e Partido da República | ex-presidente | PMDB e PR | 4min04seg |
| *total: | | | 4h24min51seg |
| *Inclui reportagens sem foco em 1 político específico considera as edições do "Jornal Nacional" de 3ª feira (11.abr.2017) a 2ª feira (17.abr.2017) elaboração: Poder360/Drive | | | |